

Acordos entre PMDB e Centrão vão apressar Ordem Social

RITA TAVARES

Da Sucursal de Brasília

Apesar de ser o título mais longo do projeto da nova Constituição, a votação dos oito capítulos "Da Ordem Social" não deverá ser demorada. O Centrão, a liderança do PMDB e os partidos de esquerda estão negociando, num ritmo lento, há mais de um mês, e tentarão demarcar divergências insolúveis até a próxima segunda-feira.

"Não vamos demorar muito. A disputa será localizada em alguns pontos", disse o deputado Nelson Jobim (RS), vice-líder do PMDB no Congresso constituinte. A votação deve ser iniciada efetivamente apenas na próxima terça-feira e o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), um dos negociadores do Centrão, estima que no máximo serão consumidas duas semanas. "Vai ser uma votação ligeira", afirmou o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), um dos interlocutores da esquerda.

O Título "Da Ordem Social" trata de mais de uma dúzia de temas: saúde, previdência e assistência social, educação, meio ambiente, índios, ciência e tecnologia, cultura e esportes, comunicação, família, idosos e menores. Além da diversidade de assuntos, o plenário terá



uma dificuldade adicional: a maioria dos temas foi aprovada por decurso de prazo na Comissão de Sistematização e, portanto, não foram avaliados pelos constituintes.

Alguns capítulos não devem causar sérias disputas entre os grupos, enquanto outros devem consumir mais de um dia de discussão. Tinoco afirmou que o capítulo da Comunicação já está fechado desde a votação da Sistematização. Segundo ele, a redação do projeto do Centrão não altera o conteúdo do aprovado. O ponto mais polêmico é o critério para a concessão de emissoras de rádio e TV. Os dois projetos prevêem a concessão do presidente da República referendada pelo Congresso Nacional.

O capítulo "Da Ciência e Tecnologia" também não deve provocar disputas. O artigo conflitante que cria reserva de mercado, por tempo determinado, para alguns setores da economia foi remetido para o Título "Da Ordem Econômica", onde está a definição de empresas brasileira de capital nacional, e já aprovado pelo plenário.

Apesar das poucas diferenças de conteúdo entre o projeto do Centrão e da Comissão de Sistematização, o capítulo "Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso" pode desencadear impasse. "O texto da Sistematização é muito detalhista e repetitivo, principalmente, na questão dos menores", afirmou Tinoco.

Os representantes do PMDB não citam este capítulo como polêmico.

Até a tarde de ontem, depois de reuniões internas e entre os grupos, os temas com pontos insolúveis ou difíceis de serem contornados eram: seguridade, saúde, previdência social e educação. "Estamos delimitando as áreas de disputa", disse Bogo, sendo referendado pelo deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), outro dos negociadores do Centrão.

As principais divergências

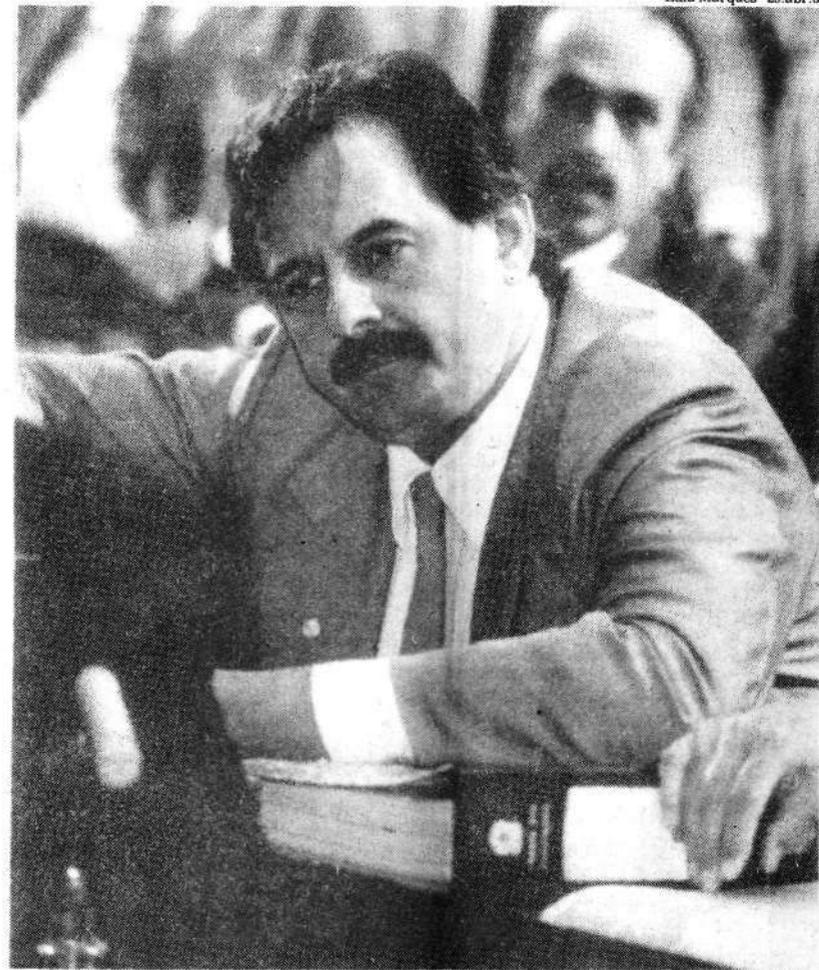
1) Educação: a partir de uma fusão dos dois projetos, o capítulo da Educação terá uma disputa central: a gratuidade do ensino para todos os níveis. A esquerda não abre mão deste princípio e o Centrão não o aceita. "Se isto acontecer, a nova Constituição vai ficar engessado", disse Tinoco. Uma emenda do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) delimitará a disputa, ao garantir ensino gratuito, nas universidades, apenas aos carentes, que demonstrem aproveitamento. O Centrão quer ensino gratuito apenas para o ensino básico (1º e 2º graus).

2) Seguridade: Os grupos não se entendem sobre as contribuições sociais que formarão o orçamento da Seguridade Social, um sistema único que controlará as atividades de Saúde, Previdência e Assistência Social. Pelo projeto da Sistematização, todos os recursos arrecadados pelo Finsocial (incidente sobre a

folha de salários das empresas) serão destinados a Seguridade. Além desta divergência, o Centrão não está aceitando que as contribuições incidam também sobre o faturamento e o lucro das empresas. Segundo os negociadores da liderança do PMDB, como o senador Almir Gabriel (PA), alterações na composição deste orçamento inviabilizam todo o sistema de seguridade.

3) Saúde: "O texto da Sistematização sinaliza na direção da estatização", disse Ponte, resumindo a grande dificuldade para a aprovação da seção "Da Saúde". Ao criar um sistema único, que organizará as ações e serviços de saúde numa rede regionalizada e hierarquizada, o projeto da Sistematização impôs regras para a participação da iniciativa privada neste sistema. "O Estado não pode intervir no sistema privado. Só pode unificar o sistema público", afirmou Ponte.

4) Previdência Social: Ainda não está definido o critério para o cálculo da aposentadoria. Ontem, as negociações tinham como base uma proposta que prevê a média das últimas 36 contribuições do segurado. O texto do Centrão sugere um cálculo baseado no último ano de contribuição. Alguns constituintes estão fazendo lobby pelo rebaixamento a idade de aposentadoria de diversas categorias profissionais. "Se estas propostas saírem vencedoras, o ministério da Previdência quebra", disse Bogo.



O deputado federal Nelson Jobim, do PMDB do Paraná (na foto, em abril)